

A dimensão externa da variação linguística em um livro didático de português brasileiro como língua não materna

Cláudia Andrea Rost Snichelotto*

Ana Paula dos Reis**

Resumo

O interesse pelo aprendizado da língua portuguesa vem crescendo entre os cidadãos estrangeiros, tanto por aqueles que migraram ou se refugiaram no Brasil como por aqueles que residem em outros países. É sabido que o português brasileiro apresenta ampla variação na fala e na escrita, mas essa diversidade linguística também necessita ser contemplada nos livros didáticos para aprendizes do português como língua não materna. Portanto, esta pesquisa, que se inscreve na interface entre a Sociolinguística e o ensino, apresenta a análise do tratamento da dimensão externa da variação linguística em um livro didático para o ensino de português como língua estrangeira, edição para o aluno. Os resultados da análise demonstraram o tratamento da dimensão externa da variação linguística no livro didático, porém, no material de apoio ao professor e em algumas atividades propostas, pode-se depreender e explorar outras particularidades extralinguísticas da variante brasileira da língua portuguesa.

Palavras-chave: Dimensão externa. Variação linguística. Livro didático. Português como língua não materna.

* Universidade Federal da Fronteira do Sul. Mestra e Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Professora Titular-Livre da Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil. Docente do curso de Letras Português e Espanhol – Licenciatura e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

** Universidade Federal da Fronteira do Sul. Licenciada em Letras Português e Espanhol.

La dimensión externa de la variación lingüística en un libro didáctico de portugués brasileño como lengua no materna

Abstract

El interés por aprender la lengua portuguesa ha aumentado entre los ciudadanos extranjeros, tanto a los que emigraron o se refugiaron en Brasil como a los que residen en otros países. Se sabe que el portugués brasileño presenta una amplia variación en el habla y en la escritura, pero esta diversidad lingüística también debe incluirse en los libros didácticos para estudiantes extranjeros de portugués como lengua no materna. Por tanto, esta investigación, que forma parte de la interfaz entre Sociolingüística y enseñanza, presenta el análisis del tratamiento de la dimensión externa de la variación lingüística en un libro didáctico para la enseñanza de portugués como lengua extranjera, edición para el alumnado. Los resultados del análisis demostraron el tratamiento de la dimensión externa de la variación lingüística en el libro didáctico, sin embargo, en el material de apoyo al profesor y en algunas actividades propuestas, es posible comprender y explorar otras particularidades extralingüísticas de la variante del idioma portugués brasileño.

Palabras-clave: Dimensión externa. Variación lingüística. Libro didáctico. Portugués como lengua no materna.

Recibido em: 18/03/2021 // Aceito em: 12/04/2021.

Introdução

Os documentos oficiais que norteiam o ensino de português no Brasil, como os **Parâmetros Curriculares Nacionais** (PCNs) e, mais recentemente, a **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC), orientam para o desenvolvimento da competência comunicativa¹ dos estudantes.

Para o ensino do Português como Língua Estrangeira (PLE),² os modelos adotados normalmente tendem a ser os mesmos da escola regular (JENSEN, 2002), do ensino para falantes nativos da variante brasileira do português,³ levando muitas vezes ao trabalho exclusivo com a norma prestigiada.⁴ Contudo, Jensen alerta para a diferença entre o ensino planejado para um estudante nacional e para um aprendiz do português como língua não materna:⁵

A tendência natural do ensino do Português como Língua Estrangeira é seguir os moldes da educação formal transmitida aos estudantes nacionais, ou seja, apresentar um português de alto valor social, que abre portas ao sucesso e à aceitação, como se fosse um acréscimo ou conhecimento suplementar ao português popular que o aluno já traz consigo à sala de aula. Em contraposição, o estrangeiro nada traz à sala além do

1 “A competência comunicativa corresponde ao conhecimento do conjunto de regras e convenções que governam o uso da língua numa sociedade, isto é, à capacidade de manter a interação social, mediante a produção e compreensão de textos que funcionam comunicativamente. (Nível relevante: o discursivo-pragmático). Já a competência linguística ou gramatical corresponde ao conhecimento da gramática de uma língua, isto é, ao sistema de regras interiorizado pelos falantes, que lhes permite produzir, interpretar e reconhecer sentenças. (Nível relevante: o sintático).” (GÖRSKI; ROST, 2008, p. 91).

2 De acordo com Revuz (1998, p. 215), “a língua estrangeira é, por definição, uma segunda língua, aprendida depois e tendo como referência uma primeira língua, aquela da primeira infância”.

3 “Toda língua, a qualquer momento de sua história, está irremediavelmente sujeita à variação e à mudança.” (ILARI; BASSO, 2012, p. 194). Assim, a variante brasileira é uma variedade empregada pela maioria dos brasileiros, fora e dentro do Brasil, com variedades sociais, regionais, culturais, etc.

4 Norma prestigiada são as normas linguísticas em uso pela classe social de prestígio, aqueles escolarizados e que possuem mais contato com a cultura escrita legitimada. (FARACO, 2002, p. 40).

5 A Língua Materna, ou a Primeira Língua (L1), não é, necessariamente, a língua da mãe, nem a primeira língua que se aprende. Normalmente, é a língua que aprendemos primeiro e em casa, através dos pais, e também é frequentemente a língua da comunidade. Entretanto, muitos outros aspectos linguísticos e não linguísticos estão ligados à definição. (SPINASSÉ, 2006, p. 4).

seu sistema linguístico alienígena, o qual constituirá em uma provável fonte de interferências. (JENSEN, 2002, p. 10).

Além de se considerar essa diferença no planejamento do ensino, a fim de adequá-lo aos diferentes contextos, o professor deve promover o conhecimento da diversidade linguística inerente às línguas naturais. Essa aproximação entre os estudantes nacionais e internacionais e a diversidade das línguas, não só da variante brasileira do português, pode auxiliar, cada vez mais, a desconstruir uma das formas de preconceito social, que é o preconceito linguístico dentro e fora das salas de aula.

Contudo, há muito a ser feito acerca do tratamento da variação linguística na sala de aula e no material de ensino de PLE. A fim de, no campo educacional, contribuir com a formação de professores sensíveis à Pedagogia da Variação Linguística⁶ (BAGNO, 2007a; FARACO, 2008), neste artigo, analisamos o tratamento da dimensão externa da variação no livro didático (LD) de PLE **Bem-Vindo!** A língua portuguesa no mundo da comunicação (doravante BV) (PONCE; BURIM; FLORISSI, 2019), 10^a edição para o aluno. Essa dimensão diz respeito aos fatores da estrutura social ou extralinguísticos (regional, social, estilístico ou diacrônico) que condicionam a variação. Nossa análise está embasada nos pressupostos teóricos da interface entre a variação (LABOV, 1972/2008; 1978) e o ensino (BAGNO, 2007a; FARACO, 2008; BORTONI-RICARDO, 2004). Escolhemos o LD como material de análise em razão da supervalorização desse instrumento pedagógico e do papel preponderante em sala de aula em nossa cultura escolar, que, na maioria das vezes, se constitui como a única fonte de informação e pesquisa em sala de aula (VERCEZE; SILVINO, 2018).

⁶ Também denominada Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2004).

Localizamos (até este momento) duas pesquisas (RICARDI, 2005; CAMPOS, 2017) que investigaram de modo geral o tratamento da diversidade linguística brasileira no livro didático BV. Ricardi (2005) pesquisou a menção das competências comunicativa e sociolinguística no LD. Os resultados da análise demonstraram que “o livro não menciona explicitamente os termos ‘competência comunicativa’ e ‘competência sociolinguística’”, mesmo que tenha o intuito de “levar em consideração, entre outros aspectos, as necessidades imediatas de alguém que pretenda visitar, morar e/ou trabalhar no Brasil” (RICARDI, 2005, p. 70). A autora também constatou que “o material didático, em geral, não traz reflexões sobre concepções de linguagem/língua e gramática, e que se supõe uma certa confusão entre língua e gramática normativa” (RICARDI, 2005, p. 102). Campos (2017), por sua vez, verificou que o LD promove propostas pedagógicas que permitem um trabalho voltado à conscientização da variação linguística, mas, mesmo tendo sido concebido em uma proposta comunicativa, o LD não explora a temática da variação em profundidade.

Neste artigo, nosso interesse recai sobre a análise mais aprofundada da dimensão externa da variação. Para isso, as seguintes questões guiaram nossa análise: (i) que aspectos da dimensão externa da variação linguística são apresentados aos estudantes no LD BV?; (ii) embora a temática da variação seja tratada no material, os fatores extralinguísticos são apresentados, de modo geral, em apenas uma unidade, ou, de modo específico, em todas as unidades e subunidades do livro BV?

Assim como ocorre com outros materiais de ensino do português brasileiro (PB), uma das principais lacunas encontradas nos LDs

[...] é uma tendência a tratar da variação linguística em geral como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas. Parece estar por trás dessa tendência a suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais ‘correto’, mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação. (BAGNO, 2007a, p. 15).

Essa constatação também é perceptível no LD **Tudo é linguagem**: língua portuguesa (BORGATTO, 2009), em que

o tratamento não se limita às variedades regionais e rurais e sim a variedade padrão (considerada como a mais adequada). Confunde-se a norma-padrão com a norma culta, considerando-se a norma-padrão com uma variedade real de uso na língua portuguesa. Apesar de abordar fenômenos gramaticais como tratamento de pronomes, o livro fica mais limitado ao sotaque e ao léxico. O LD, de certa forma, continua a tratar do ‘certo’ e do ‘errado’ quando privilegia uma determinada variedade (padrão/culta e formal) e desprivilegia outra (informal/coloquial). (LIMA; SAMPAIO; ALVES, 2012, p. 13).

Portanto, esperamos encontrar resultado semelhante na análise do LD BV, embora esse material já apresente fatos linguísticos reais de uso da língua-alvo. Contudo, segundo observado por Ricardi (2005), esse LD é muito influenciado pela abordagem da gramática tradicional na discussão dos conteúdos e na proposta de exercícios.

Embora este artigo se proponha a analisar um LD de PLE, esperamos que algumas das discussões realizadas possam contribuir com o aprofundamento dos estudos sobre o ensino de português e a variação linguística para estudantes nacionais e internacionais. Portanto, nosso interesse neste estudo não é desqualificar o LD de PLE sob análise, mas sinalizar que

há várias oportunidades que o professor pode aproveitar para inserir, caso não haja menção, segundo pesquisas linguísticas mais recentes, a abordagem da variação linguística e assim promover o desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes.

Organizamos este artigo em cinco partes, incluindo esta introdução. Na primeira, apresentamos os condicionantes externos da variação e da mudança linguística e as contribuições da sociolinguística para o ensino de português. Em seguida, efetuamos um levantamento de pesquisas sobre o livro didático de português para aprendizes internacionais; na terceira parte, passamos à descrição dos aspectos gerais do LD analisado; e, na sequência, tratamos da análise da dimensão externa da variação linguística; na quinta e última parte, expomos as considerações finais.

1 A variação e a mudança linguística: condicionantes externos

Um dos pressupostos⁷ da Sociolinguística é o reconhecimento da heterogeneidade da língua, ou seja, além de modos diferentes de se comunicar em cada situação comunicativa, há alternativas disponíveis em nosso repertório linguístico para se dizer a mesma coisa. Nessa perspectiva, o objeto de investigação é a língua em uso, considerando-a como um sistema heterogêneo historicamente situado, adaptável a diferentes situações de interação, por isso sujeito à variação e mudança. Porém, reside, no imaginário popular,

⁷ Em razão dos limites de extensão do artigo, consulte os outros pressupostos da Teoria da Variação e da Mudança Linguística em Weinreich, Labov e Herzog (1968/2006) e Labov (1972/2008).

[...] que, quando se fala em variação linguística, os exemplos que costumam vir primeiro à mente dizem respeito ao vocabulário (léxico), quase sempre associados à variação regional ou diatópica. A mesma realidade é representada, conforme a região, por palavras diferentes. (COELHO *et al.*, 2010, p. 52).

Portanto, a abordagem da variação linguística não pode ficar limitada ao léxico, mas precisa também explorar os fatores externos que nela atuam. Como ensina Cedergren (1983 *apud* BENTIVOGLIO, 1987, p. 7), “é essencialmente por meio da variação que se manifestam os parâmetros de diferenciação social, os processos dinâmicos de variação estilística e a interação de fatores do sistema lingüístico”.

A variação interna trata dos fatores estruturais (lexical, fonético-fonológico, morfológico, sintático e discursivo) que condicionam o uso mais ou menos frequente da nova forma variante na língua. A variação externa, por sua vez, diz respeito aos fatores extralinguísticos ou sociais que condicionam o uso mais ou menos frequente da nova forma variante na língua, ou seja, aqueles que se encontram fora da estrutura da língua. Como o foco deste artigo é a análise da dimensão externa da variação em um LD de PLE, passamos a seu detalhamento na seção a seguir.

1.1 A dimensão externa da variação

Os fatores extralinguísticos (regionais, sociais, estilísticos e diacrônicos) podem, também, ser estudados em associação aos níveis lexical, fonético-fonológico, morfológico, sintático e discursivo.

A variação regional, também conhecida por diatópica ou geográfica, é “a responsável por podermos identificar, às vezes com bastante precisão, a origem de uma pessoa através do modo como ela fala” (COELHO *et al.*, 2010, p. 76).⁸ Também definem Ilari e Basso (2012, p. 157) como “[...] diferenças que uma mesma língua apresenta na dimensão do espaço, quando é falada em diferentes regiões de um mesmo país ou em diferentes países”.

As diferenças regionais tendem a ser mais salientes no léxico, como, por exemplo, na palavra *aipim*, que, em algumas regiões, também pode ser conhecida como *mandioca* ou *macaxeira*. Além disso, vale ressaltar que:

A variação regional pode ser estudada colocando-se em oposição diferentes tipos de unidades espaciais: podemos dizer que existe variação regional entre Brasil e Portugal (dois países), entre o Nordeste e o Sul do Brasil (duas regiões de um mesmo país), entre Paraná e Santa Catarina (dois estados de uma mesma região), entre Chapecó e Florianópolis (duas cidades de um mesmo estado) e mesmo entre falantes do Centro de Florianópolis e falantes do Ribeirão da Ilha (dois bairros de uma mesma cidade). É comum também que se analise variação regional entre zonas urbanas e zonas rurais ou do interior. (COELHO *et al.*, 2010, p. 76).

Outro tipo de variação que ocorre na língua é a social ou diastrática, cujos “fatores sociais que podem condicionar a variação linguística são o grau de escolaridade, o nível socioeconômico, o sexo/gênero, a faixa etária e mesmo a profissão dos falantes” (COELHO *et al.*, 2010, p. 78). É a variação que decorre do uso de um determinado grupo específico,

⁸ Alertamos o leitor de que os conceitos e os exemplos que embasaram esta seção não são exclusivos de Coelho *et al.* (2010; 2015). Trata-se de um apanhado das principais definições frequentemente adotadas na pesquisa variacionista baseadas no texto clássico de Labov (1972/2008).

“etimologicamente: o tipo de variação que se encontra quando se comparam diferentes estratos de uma população” (ILARI; BASSO, 2012, p. 175). Esse tipo de variação social pode ser determinada pelo grau de escolaridade dos indivíduos.

Supõe-se que, em geral, falantes altamente escolarizados dificilmente produzirão formas como *nós vai* ou *a gente vamos*, que são típicas de falantes pouco ou não escolarizados. É mais provável que eles falem *nós vamos* e *a gente vai*. (COELHO *et al.*, 2010, p. 78).

Já a variação estilística ou diafásica consiste nos “diferentes ‘papéis sociais’ que as pessoas desempenham nas interações que se estabelecem em diferentes ‘domínios sociais’: na escola, na igreja, no trabalho, em casa, com os amigos, etc.” (COELHO *et al.*, 2010, p. 82). Ou seja, cada situação comunicativa determina o modo formal ou informal como falamos com o nosso interlocutor, a depender do contexto para que ocorra a comunicação da forma adequada para aquele determinado momento. Portanto, Coelho e outros explicam que,

certamente, em situações mais formais, usamos uma linguagem mais monitorada, ou seja, prestamos mais atenção à forma como falamos, enquanto que em situações mais informais usamos uma fala mais coloquial. Essas duas linguagens são chamadas, respectivamente, de registro formal e registro informal. (COELHO *et al.*, 2010, p. 82).

A variação diamésica se manifesta em decorrência do meio de comunicação empregado, ou seja, na fala, em algum documento escrito, em um *e-mail*, uma mensagem no WhatsApp, etc. Essa variação, conforme Coelho e outros (2010, p. 83), refere-se a “vários meios; no contexto da sociolinguística, os meios ou códigos a que nos referimos são a fala e a escrita”. As diferenças entre fala e escrita são explicadas a seguir:

Começemos pela fala. Podemos dizer que, salvo em situações excepcionais, como o proferimento de uma palestra, por exemplo, a produção de um texto falado é uma atividade espontânea, improvisada e suscetível a variação nos mais diversos níveis. Já a escrita constitui-se como uma atividade artificial (não espontânea), ensaiada (no sentido de que reserva tempo e espaço para planejamento, revisões e reformulações), e um pouco menos variável, pois em geral está mais vinculada à produção de gêneros sobre os quais há mais regras e maior monitoramento. (COELHO *et al.*, 2010, p. 83-84).

Ilari e Basso (2012, p. 181) explicam que “uma longa tradição escolar acostumou as pessoas a vigiar a escrita e a dar menos atenção à fala, por isso muita gente pensa que fala da mesma forma que escreve”. Além disso, os autores esclarecem que,

na fala, as pessoas dizem coisas como ‘né’, ‘ôceis’, ‘disséro’, ‘téquinico’, pensando que dizem ‘não é’, ‘vocês’, ‘disseram’, ‘técnico’. Mas a diferença entre o escrito e o falado vai muito além dos fenômenos que dizem respeito à forma das palavras. Entre o escrito e o falado, há uma diferença irredutível de planejamento. (ILARI; BASSO, 2012, p. 181).

Por fim, a variação diacrônica (ou histórica) é aquela que se dá através do tempo. Quando uma nova forma é empregada no lugar de outra na língua, por exemplo, entre duas gerações distintas que convivem na mesma época. As gírias, por exemplo, que tendem a ser parte do vocabulário de pessoas mais jovens, diferente da linguagem utilizada por pessoas de faixas de idade mais velhas.

Após sumarizar a dimensão externa da variação, vejamos as contribuições da sociolinguística para o ensino de PB.

1.2 Contribuições da sociolinguística para o ensino de PB

Segundo os pressupostos da Sociolinguística, a variação e a mudança são inerentes às línguas naturais. Nesse sentido, a diversidade linguística é “[...] uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico [...]” (ALKMIM, 2011, p. 33).

Autores, como Faraco (2015), Bagno (2007a), Ilari e Basso (2012), Martins, Vieira e Tavares (2014), entre outros, apresentam contribuições da Sociolinguística para o ensino de português. Essas contribuições são voltadas para o ensino básico do português, porém também podem ser estendidas para o ensino de português a estudantes internacionais.

Antes de destacarmos as contribuições dos estudos da variação linguística para o ensino, cabe definir “o que é ensinar português?”. Segundo Bagno (2007b, p. 118), “o ensino da gramática normativa mais estrita, a obsessão terminológica, [...] o apego à nomenclatura — nada disso serve para formar um bom usuário da língua em sua modalidade culta”. É preciso, pois, que os professores tenham um conhecimento vasto sobre a língua e sejam capazes de “redirecionar todos os nossos esforços, voltá-los para a descoberta de novas maneiras que nos permitam fazer de nossos alunos bons motoristas da língua, bons usuários de seus programas” (BAGNO, 2002, p. 119). Ao se modificar essa forma de ensino, a formação intelectual e humanística — e por que não dizer linguística — do aluno será cada vez melhor.

Martins, Vieira e Tavares (2014) assinalam que um dos maiores desafios das aulas de língua portuguesa é o tratamento da variação linguística. Sendo assim, os autores destacam três principais contribuições gerais da Sociolinguística ao ensino de língua:

Definição apurada de conceitos básicos para o tratamento adequado dos fenômenos menos variáveis; reconhecimento da pluralidade de normas brasileiras; complexo tecido de variedades em convivência; estabelecimento de diversas semelhanças entre o que se convencionou chamar ‘norma culta’ e ‘norma popular’, não obstante os estereótipos linguísticos (cf. Labov, 1972a) facilmente identificados pela maioria dos falantes. (MARTINS; VIEIRA; TAVARES, 2014, p. 10).

Os autores também atentam para a diferença entre as modalidades falada e escrita:

Qualquer que seja a norma praticada, é fundamental que o professor reconheça as diferenças entre fala e escrita. Assim, por exemplo, a fala praticada por indivíduos com alta escolaridade difere da escrita praticada por esses mesmos indivíduos. Diversos estudos sociolinguísticos têm demonstrado essa diferença. (MARTINS; VIEIRA; TAVARES, 2014, p. 13).

É interessante que o professor busque saber e entender essas diferenças para não incorrer no erro de que falamos um português e escrevemos outro. É necessário conhecer as características de cada modalidade para ensinar aos alunos que as diferenças existem, mas que não são diferenças fora do comum ou diferenças extremas.

Martins, Vieira, Tavares (2014) apresentam o conceito de que norma é diferente de registro e de que modalidade também é diferente de registro. Assim, fica claro que todos os falantes variam em grau de formalidade, sejam falantes das variedades cultas ou das populares, e que é inadequada a associação direta entre a modalidade da fala com o registro informal e a modalidade escrita com o registro formal.

Também é discutida por Martins, Vieira e Tavares (2014) a

pluralidade de normas que o professor encontra na sala de aula. Sendo assim, “para que o processo de ensino-aprendizagem faça sentido e tenha efeito nas práticas escolares, a realidade linguística multifacetada do PB — na produção de textos escritos e orais — tem de ser apresentada/reconhecida/trabalhada”. (MARTINS; VIEIRA; TAVARES, 2014, p. 14).

Outra contribuição da Sociolinguística, conforme Martins, Vieira e Tavares (2014), é que, em diversos fenômenos, a fala popular não se distingue da chamada fala culta. Nesse caso, é preciso que o professor de português saiba diferenciar a variedade dos falantes rurais da dos urbanos, pois assim poderá distinguir o culto do popular, o prestigioso do não prestigioso social.

Por fim, Martins, Vieira e Tavares (2014) refletem sobre propósitos urgentes da área, a fim de divulgar didaticamente os resultados encontrados nas descrições das variedades cultas e populares, em ambas as modalidades, fala e escrita, e ampliar cada vez mais essas descrições. Além disso, a avaliação também é um ponto necessário para se pensar, tendo em vista as crenças e atitudes com relação aos usos da língua pelo professor e pelo aluno.

Assim, pretende-se que os estudos sociolinguísticos sejam cada vez mais ampliados, que pesquisadores e estudiosos consigam divulgar e expor esses estudos e que eles sejam inseridos cada vez mais nas salas de aula, fazendo com que os estudantes conheçam essa área e possam desfrutar do conhecimento que a variação linguística tem a proporcionar.

1.3 Livro didático para aprendizes de português como língua não materna

No Brasil, a distribuição de livros de língua estrangeira — língua inglesa e espanhola — do PNLD começou a ser feita em 2011 a alunos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Segundo o PNLD (BRASIL, 2011), “tão importante para a formação e a inclusão social do indivíduo, a aprendizagem das habilidades de ler, falar, ouvir e escrever em outras línguas não deve ou não precisa ser um privilégio exclusivo das camadas favorecidas”. Porém, no Brasil, ainda não foi implementada uma política de distribuição de livros de PLE para alunos internacionais, o que acarreta algumas dificuldades para o ensino dos professores de língua portuguesa que não estão preparados para esse atendimento. Para o ensino de PLE, Conrado explica que

Os primeiros LDs produzidos [...] foram escritos por estrangeiros. Apenas nas décadas de 50 e 70, apareceram livros escritos por autores brasileiros, ainda que tenham sido publicados por editoras estrangeiras. [...] A partir da década de 80, já é visível o número de materiais publicados no Brasil. (CONRADO, 2013, p. 36).

Atualmente, a realidade é outra e já existem vários materiais e LDs para o ensino de PLE, para diversos públicos e níveis de proficiência. Sendo assim, por mais que existam diversos LDs de PLE no mercado, infelizmente, ainda carecem de avaliação e distribuição gratuita pelo órgão governamental. Conforme Oliveira,

a produção de manuais didáticos de PLE é algo recente no nosso país. Se comparada à produção dos de língua

materna, é possível perceber que existe um esforço do MEC e de outros órgãos competentes para melhoria da qualidade e para o barateamento dos custos destes últimos, enquanto os de LE não sofrem essa influência. (OLIVEIRA, 2015, p. 48).

Todavia, Misturini (2015) alerta para a grande diferença entre os livros de português para nativos e de PLE: “Enquanto o primeiro tem melhorado em qualidade e barateamento de custos, graças a esforços oficiais do MEC, em relação ao livro de PLE não observamos esse tipo de influência.” (MISTURINI, 2015, p. 34).

Nos LDs de PLE, percebe-se que, de modo geral, estão presentes atividades que promovem o exercício das quatro habilidades, bem como se observa a apresentação de questões culturais que se relacionam com os conteúdos propostos. Em suma, os LDs de PLE estão organizados por níveis de aprendizagens, por estágios inicial, intermediário e avançado, segundo os parâmetros do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), ou por níveis de proficiência (A1, A2, B1, B2, C1 e C2), seguindo o Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas (em inglês, Common European Framework of Reference for Languages – CEFR).

Assim, o LD adequado pode ser um caminho de apoio ao professor em sua dinâmica em sala de aula, como um orientador de conteúdos a serem trabalhados, pensando que boa parte dos docentes em atuação geralmente dispõe de tempo restrito para preparação de aulas.

2 O Livro Didático Bem-Vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação

Nesta seção, tratamos da análise da dimensão externa da variação no LD BV.⁹ Primeiramente, apresentamos algumas características gerais do LD e, em seguida, passamos ao detalhamento dos resultados da análise.

2.1 Aspectos gerais do livro didático BV

O LD BV é constituído por 223 páginas, distribuídas em cinco grupos de quatro unidades cada, totalizando 20 unidades de 10 páginas. As autoras Ponce, Burim e Florissi¹⁰ alertam que o método BV é

[..] um livro feito ‘ao vivo e em cores’ para você que quer aprender o nosso português falado como ele é, sem deixar de lado as necessárias referências à Gramática Normativa. [...] elaborado especialmente para suprir a grande necessidade de um material dinâmico e interativo cujo foco central é a COMUNICAÇÃO. (PONCE; BURIM; FLORISSI, 2019, p. 19).

Destacamos duas unidades intituladas “O Brasil e sua língua” e “O país e o idioma” em que se vê o trabalho explícito com a língua.

9 Cabe o destaque de que, além da análise feita no LD do estudante, sempre que percebemos que algum conteúdo insinuava o tratamento da variação linguística, consultamos o livro do professor, os áudios, as transcrições e o caderno de respostas dos exercícios disponíveis no site da HUB Editorial para checar se havia alguma orientação mais específica nesse sentido.

10 Ponce tem licenciatura em Letras Português-Japonês pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestrado em Linguística pela Universidade de Tsukuba, Japão. Burim é coordenadora do núcleo de idiomas Global Connection, da FAAP- Fundação Armando Álvares Penteado, em São Paulo. Florissi graduou-se em Letras pela Universidade Católica de Pernambuco e cursou pós-graduação em Teoria da Literatura pela PUC Campinas e de Aperfeiçoamento para Executivos do Mercado Editorial, MBA FIA.

De modo geral, o livro do aluno apresenta, nos quatro primeiros grupos, conteúdos gramaticais tradicionais, como a listagem das 10 classes morfológicas. Trata principalmente das conjugações de verbos regulares e irregulares em modos e tempos diferentes; dos pronomes pessoais, possessivos, interrogativos, reflexivos; dos artigos definidos e indefinidos; dos advérbios; das conjunções, etc. No quinto e último grupo, os conteúdos gramaticais são revisados, bem como há atividades de ampliação de vocabulário e práticas de conversação.

De acordo com Faraco,

[...] o normativismo e a gramatiquice não são apenas concepções e atitudes ligadas à língua e seu ensino. Pelo seu caráter conservador, impositivo e excludente, o normativismo e a gramatiquice são parte intrínseca de todo um conjunto de conceitos, atitudes e valores fundamentalmente autoritários, muito adequados ao funcionamento de uma sociedade profundamente marcada pela divisão e exclusão social. O ensino de português, nesse sentido, não está separado da sociedade que o justifica e o sustenta. Desse modo, criticá-lo é também criticar essa mesma sociedade; agir para mudá-lo é também agir para transformar a sociedade. (FARACO, 2006, p. 25).

Também percebemos diferentes termos e definições empregadas para se referir à língua e à concepção de língua, como nas páginas 152 e 215 do BV, no uso da expressão “língua culta” e, nas páginas 209 e 210, no emprego de “norma padrão”. Os autores de livros didáticos fazem certa confusão entre esses dois termos, o que, no entendimento de Bagno (2013, p. 74), “trata-se da confusão entre ‘norma-padrão’ (ideal linguístico) e ‘norma culta’ (variedades urbanas de prestígio), numa falsa sinonímia, visível no uso indiferenciado”. Essa confusão também foi observada em diferentes coleções de livros didáticos de PB para falantes nativos. Além disso,

nas coleções que se valem dessa profusão de termos, não se faz nenhuma tentativa de separar os usos reais do português brasileiro contemporâneo por parte dos falantes urbanos mais letrados [...] do modelo idealizado e obsoleto de língua ‘cult’ da tradição prescritiva (a norma-padrão). (BAGNO, 2013, p. 77).

De modo específico, o livro do aluno destaca a importância de se valorizar os diferentes tipos culturais existentes no Brasil. Conforme explica Soares,

[...] cultura não é, pois, algo que existe fora do homem, ela faz parte do seu íntimo. Se somos o que somos é porque temos contato com outros seres humanos, dentro de uma realidade específica, que se torna nossa verdade, que se desenvolve na interação entre os indivíduos, nas escolas, na sociedade, na comunidade e na família. (SOARES, 2003, p. 161).

Contudo, há de se evitar o reforço de alguns estereótipos relacionados ao caipira, ao sertanejo, ao gaúcho, etc., como na unidade denominada “Gente e cultura brasileira”. Além desses tipos regionais, o estudante internacional também encontra, em outra unidade, intitulada “Curiosidades”, informações sobre a língua portuguesa e os países onde, além do Brasil, ela figura como idioma oficial.

Na unidade nomeada “História do Brasil”, aborda-se um pouco da história social, política e econômica do Brasil contemporâneo. O livro chama a atenção para a importância de se conhecer a história do país para se compreender também sua língua, tendo em vista que esses conhecimentos não estão descolados, mas imbricados na aprendizagem de uma nova língua.

Por fim, nas páginas finais do livro BV, é apresentado o mapa do Brasil com a divisão dos estados e suas respectivas

capitais e um quadro com informações adicionais sobre o país, a religião predominante, a forma de estado, a forma de governo, o sistema de governo, a moeda, a população, a divisão, a capital e o idioma. Sobre este último, cabe ao professor chamar a atenção dos estudantes que não só o português, mas outras línguas autóctones, línguas de herança e língua de sinais são faladas no território nacional. Nesse sentido, da forma como está, a afirmação pode levar o aprendiz internacional a crer que o português é o único idioma falado no Brasil, o que significa silenciar e invisibilizar as outras línguas existentes no país.

Não há como negar que a língua portuguesa é majoritária no território brasileiro. Também sabemos que o objetivo do LD é o ensino do PLE, todavia, é preciso o registro de que há línguas minorizadas no território nacional. Conforme afirma Vianna (2015),

apesar do *status* privilegiado do PB, o Brasil nunca foi um país monolíngue. Duas centenas de línguas — indígenas, de imigração, de fronteira e de sinais — são utilizadas ao lado do PB, às vezes em situação de contato conflituoso”. (VIANNA, 2015, p. 11).

Além dessa reflexão, Vianna também defende que

O que há, de fato, é um processo constante (tal como vimos no caso das variedades populares do PB) de minorização dessas línguas pelo avanço da língua de prestígio, que impõe, constantemente, a intermediação do português em todos os contatos, inter ou mesmo intralinguísticos de seus falantes. (VIANNA, 2015, p. 12).

Cabe o destaque de que, no livro do professor, parte do multilinguismo do território nacional é apresentado em um breve comentário para ser lembrado aos alunos, quando se estuda a

celebração do dia do índio, no dia 19 de abril:

O tupi-guarani, língua falada pelos índios, embora não possuindo registro escrito, teve grande influência na configuração do português do Brasil, com palavras como: guaraná, abacaxi, Tietê, Pernambuco, Iguaçu e muitas outras.” (PONCE; BURIM; FLORISSI, 2019, p. 56).

Embora não se verifique a menção ao multilinguismo inerente ao território brasileiro, há referência às nações que compõem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o que significa o reconhecimento das variantes do português faladas em outros países.

Mais adiante, nas páginas 76 e 162, também há referência à diversidade de povos (indígenas e africanos, ingleses, espanhóis, holandeses) e respectivas línguas que contribuíram para a diversidade do PB, como se verifica em um trecho do texto sobre o Dia da Língua Nacional. Além da referência às línguas indígenas e africanas, como o idioma iorubá e a língua angolana com o idioma quimbundo, o texto sobre o Dia da Língua Nacional trata da influência da cultura de ingleses, espanhóis, italianos e holandeses.

2.2 O tratamento da dimensão externa da variação linguística

Entendemos como variação linguística não só a diversidade do português falado e escrito no Brasil, gerado pelas diferenças regionais, sociais, estilísticas e diacrônicas, mas também o multilinguismo presente no território brasileiro.

Constatamos, como Ricardi (2005) e Campos (2017), que o LD BV não trata da temática da variação linguística em nenhuma seção exclusivamente. Isso ocorre porque geralmente o LD de PLE é produzido em um volume único no qual a língua é tratada de modo panorâmico e, por essa razão, não se dedica ao tratamento da variação linguística em uma seção com exclusividade, diferentemente do que verificaram Bagno (2007a), Lima (2014) e González (2015) na análise de livros didáticos de PB do PNLD. Porém, numa análise mais detalhada do livro BV, observamos algumas passagens em que a temática da variação linguística pode ser depreendida desde que o professor tenha a formação mínima necessária, conforme alertam Coelho e outros (2010; 2015). Os autores destacam a importância de o professor de língua portuguesa conhecer os postulados teóricos da Sociolinguística e também a sua utilidade na prática pedagógica: “O domínio dos postulados sociolinguísticos básicos (e seus desdobramentos e implicações) é o mínimo que se espera do professor de língua portuguesa nos dias atuais” (COELHO *et al.*, 2010, p. 153). Assim, Coelho e outros (2010, p. 153) afirmam que “[...] é preciso ter um embasamento teórico consistente acerca da linguagem em seu funcionamento social para poder atuar, de forma competente, na orientação da aprendizagem e na formação contínua do aluno-cidadão.”

Dado que as variedades linguísticas podem ser regionais, sociais, estilísticas (ou de registro formal ou informal), decorrentes da modalidade falada ou escrita da língua, ou diacrônicas, identificamos que o tratamento da variação regional do português pode ser depreendido em muitas seções do LD, que passamos a detalhar.

No título **Bem-Vindo!** A língua portuguesa no mundo da comunicação: **português do Brasil** para estrangeiro (PONCE; BURIM; FLORISSI, 2019, grifos nossos), as autoras adequadamente sinalizam para o estudante que o ensino de português focalizará a variante brasileira da língua. Conforme Bagno (2002, p. 177), não é preciso adotar um outro nome para a língua falada no Brasil, tampouco devemos denominar somente de “português” a língua de nosso país: “[...] quinhentos anos atrás, ela podia ser chamada simplesmente de português. Hoje, ela pode e deve ser chamada de português brasileiro. Daqui a mais quinhentos anos, ela sem dúvida só poderá ser chamada de brasileiro” (BAGNO, 2002, p. 177). Por outro lado, Alencar problematiza que

[...] a tese de língua brasileira não é tão absoluta. As transformações estão aí, e não há como negá-las. As divergências limitam-se mais a particularidades, algumas preferências sintáticas divergentes do PE, mas a sua estrutura interna mantém-se a mesma. E quer queiram quer não, falamos, pois, brasileiros e portugueses, a mesma língua, a língua portuguesa com nossas marcas de brasilidade. Assim, o PB é uma das línguas mais faladas no mundo. Somos 170 milhões de pessoas, enquanto o PE não chega a 10 milhões de falantes nativos. (ALENCAR, 2010, p. 28).

Ainda sobre a variação entre países lusófonos, na seção sobre uso dos artigos definidos, Ponce, Burim e Florissi (2019, p. 92) chamam a atenção para, em alguns países, a rejeição de artigos diante de alguns nomes próprios.

Usa-se normalmente com nomes de países, regiões, continentes, montanhas, vulcões, desertos, constelações, rios, lagos, oceanos, mares e grupos de ilhas: o Brasil, o Triângulo Mineiro, a Europa, os Andes, o Cruzeiro do Sul, o Tietê, o Titicaca, o Atlântico, o Mediterrâneo.

Exceção: alguns países e regiões rejeitam o artigo: Portugal, Macau... (PONCE; BURIM; FLORISSI, 2019, p. 92).

Todavia, no PB, segundo Lima e Moraes,

[...] nomes próprios, antropônimos ou não, podem ser usados com artigo definido, constituindo um caso de variação linguística com caracterização geossociolingüística, como está sendo revelado nas pesquisas do Atlas Linguístico do Brasil”. (LIMA; MORAES, 2019, p. 74).

Na apresentação do livro do aluno, as autoras explicam que,

[...] ao longo de suas vinte unidades, são apresentadas **expressões coloquiais, dialetos regionais** e muito vocabulário útil para situações diversas, como as que acontecem em casa, na rua, em hotéis, restaurantes e muito mais”. (PONCE; BURIM; FLORISSI, 2019, não paginado, grifos nossos).

Esse trecho vai ao encontro do pressuposto da Sociolingüística que é o trabalho com os diferentes usos da língua. No entanto, não há a definição de “dialeto regional” no livro do aluno nem do professor. Apenas, nas páginas 70 e 71, o professor é orientado a discutir com os alunos os dialetos do seu país de nacionalidade e a explicar que, no Brasil, “não há dialetos, embora haja sotaques diferentes, variações quanto a vocabulário e mesmo quanto a aspectos gramaticais.” (PONCE; BURIM; FLORISSI, 2019, p. 71). Nesse momento, o professor com boa formação deve desconstruir a crença popular de que o dialeto é uma língua inferior ao idioma oficial, ou seja, que há um modo “melhor” e mais aceitável de falar a língua oficial. Todavia, língua *versus* dialeto reflete graus de aceitação, de prestígio social e até de prestígio econômico. Conforme Mané

(2012), é importante dizer que tanto dialeto como língua são termos problemáticos e ambíguos quando aplicados em sentido técnico. Portanto, deve-se entender a língua como a soma total de todas as suas variedades (dialeto, socioleto, idioleto, incluindo todos os códigos e registros possíveis), isto é, o dialeto é, portanto, uma variedade da língua.

Na unidade 8, página 73, a variação regional também é destacada no texto “O país e o idioma”, porém, ao compararmos a sua forma escrita com o áudio correspondente, observamos que alguns trechos da escrita inexistem no arquivo sonoro: “É no estado nordestino que se fala o português mais correto do Brasil, no Maranhão”. No texto escrito e no áudio, também colocam que “Um grande elo de união do nosso povo é que em todas as regiões do Brasil fala-se o português”. No livro do professor, Ponce, Burim e Florissi (2019, p. 70, grifos nossos) afirmam: “Saliente-se que, em todo o território brasileiro, fala-se português. Não há dialetos, embora haja **sotaques diferentes**, variações quanto a vocabulário e mesmo quanto a aspectos gramaticais.” Embora o LD focalize a diferença entre sotaques, ou seja, a variação no nível fonético-fonológico, é preciso se lembrar dos outros tipos de variação.

O livro propõe uma atividade com as variedades do português falado nas regiões de fronteira do país, a fim de que o estudante perceba as diferenças entre o PB e PE.

O texto ‘O português também se fala no Uruguai’, escrito por Marco Neves, é uma das “cinco curiosidades sobre a língua portuguesa” e está escrito na vertente continental, ou seja, no português de Portugal. Você consegue notar alguma diferença entre o português do Brasil e o de Portugal? Sublinhe o que encontrar e discuta as diferenças com seus colegas. (PONCE; BURIM; FLORISSI, 2019, p. 79).

Ao verificar essa atividade, a única diferença que os alunos poderão encontrar será no uso do gerúndio, pois, em Portugal, é empregada a expressão “estar a + verbo no infinitivo”, em “estava a falar” e “gente a falar”. Assim, a proposta de atividade também poderia solicitar que o estudante, por exemplo, busque as diferenças entre o português falado na fronteira e o falado no Brasil. Para Carvalho (2003, p. 125), “o português falado pelos bilíngues uruguaios, nas zonas mais urbanas, é um dialeto do português brasileiro urbano”.

A variação social é observada em uma rara seção do LD:

Em uma variação muito frequente no dia a dia, na linguagem falada, em algumas regiões do Brasil, e em determinadas situações, ou entre **determinados grupos socioculturais, não se emprega o imperativo segundo a norma-padrão**”. (PONCE; BURIM; FLORISSI, 2019, p. 210, grifo nosso).

O tratamento da variação estilística (ou de registro formal e informal) é percebido no uso das expressões nas páginas 104 - **uso coloquial**; 142 - **linguagem do dia a dia**; 155 - **português de uso cotidiano**; 207 e 210 - **na linguagem falada**; 208 - **na linguagem coloquial**; 214 - **linguagem cotidiana**; e 214 - **língua falada**.

Também a variação estilística pode ser decorrente da modalidade falada e escrita. Vimos que, em raras seções, as autoras sinalizam essa diferença entre as modalidades. Um dos momentos em que explicam sobre a variação estilística pode ser constatado a seguir:

O **Pronome Oblíquo** é facultativo e pode vir antes, depois e no meio do verbo. Há regras para sua colocação, que, na linguagem escrita, devem ser seguidas de acordo com a norma-padrão. De um modo geral, especialmente

na linguagem falada, no Português do Brasil, são usados antes do verbo. (PONCE; BURIM; FLORISSI, 2019, p. 209).

Até aqui vimos a importância de apresentar aos aprendizes internacionais que os fenômenos em variação linguística não envolvem somente aspectos fonético-fonológicos ou lexicais, mas sim que diversos outros fatores estão em jogo, como regionais, sociais e estilísticos. Só assim será possível que tenham uma ampla noção do que ocorre no nosso PB.

Considerações finais

Este artigo objetivou investigar a dimensão externa da variação linguística em um LD de PLE sob a interface entre a Sociolinguística variacionista e o ensino. Para dar conta desse objetivo, duas questões foram propostas. A primeira pergunta tratava dos aspectos da dimensão externa da variação linguística apresentados aos estudantes no LD BV. A análise revelou que, de forma geral, as atividades e textos do livro BV abordam essa temática, que pode ser depreendida apenas de forma indireta pelos professores, desde que o docente tenha embasamento teórico consistente nos estudos da variação.

A segunda pergunta enfocou como a temática da dimensão externa da variação linguística no PB era apresentada aos estudantes aprendizes de PLE. Os resultados demonstraram que a temática é depreendida somente em algumas subunidades do LD, em restritas seções, em poucos exercícios e textos. Também se observou que, na maioria das vezes, as atividades propostas se voltam mais para o tratamento da variação regional de alguns fenômenos linguísticos, como na unidade “Gente e cultura”.

Outro ponto observado foi que, na maioria das vezes, as autoras restringiram o trabalho com a variação linguística ao livro do professor, com comentários e sugestões de como o professor deve trabalhar determinado conteúdo. Apesar da presença de áudios representativos das variedades regionais do Brasil, é de grande importância que se explorem de modo mais realista as transcrições dos áudios nas atividades.

Assim como identificamos aspectos que podem passar por ajustes, seja por parte de novas edições da obra, seja por parte dos professores que venham a adotar esse LD, queremos destacar também seus pontos positivos: (i) a diversidade de gêneros textuais/discursivos; (ii) a diversidade de questões com apoio de áudios; (iii) a transcrição dos áudios para que os aprendizes tenham um maior conhecimento da modalidade escrita do PB. Esses materiais complementares demonstram uma preocupação com os estudantes que adotam o livro BV.

Sabendo que esse LD está focado principalmente no ensino de PLE, nosso propósito neste artigo jamais foi desqualificar o LD de PLE analisado, mas indicar aspectos que podem passar por revisão e também aspectos positivos apresentados no material, além de sugerir aos professores novas oportunidades de aproveitamento da temática da dimensão externa da variação linguística e assim contribuir para o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos. Bagno (2007a, p. 22) ressalta que,

se a sociolinguística tem um papel a desempenhar na educação linguística dos cidadãos brasileiros, esse papel é de reconhecimento da heterogeneidade intrínseca da sociedade brasileira e, portanto, da inescapável heterogeneidade da nossa realidade linguística”.

Também procuramos demonstrar a importância do aprofundamento teórico na formação do professor da área de PLE para o adequado tratamento da variação linguística no ensino. Cyranka (2014) salienta que a formação sociolinguística do professor deve ter início na graduação, durante o curso de Letras, para que possa construir uma consciência linguística sobre a importância da abordagem da variação linguística nas aulas de LP.

Como acreditamos que o tema não se esgota e que, no gênero artigo, temos limitações de espaço, há muitos outros temas e diversas atividades que podem ser aproveitadas em pesquisas futuras a partir da dimensão regional, social e estilística.

Referências

ALENCAR, Maria S. M. de. Panorâmica dos estudos dialetais e geolinguísticos no Brasil. **Revista de Letras**, Ceará, v. 30, p. 26-34, jan./dez. 2010. Disponível em: <<https://bityli.com/3bCem>>. Acesso em: 20 out. 2020.

ALKMIM, Tânia M. Sociolinguística. Parte I. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana C. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2011. v. 1, p. 21-47.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?** Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2002.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007a.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2007b.

BAGNO, Marcos. **Sete erros aos quatro ventos: a variação**

linguística no ensino de português. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BENTIVOGLIO, Paola. A variação nos estudos sintáticos. Estudos Linguísticos, XIV. *In: Anais de seminários do GEL*. Campinas: Unicamp, 1987. p. 7-29.

BORGATTO, Ana M. **Tudo é linguagem**: língua portuguesa. São Paulo: Ática, 2009.

BORTONI-RICARDO, Stella M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2012/Língua Portuguesa**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica, 2011.

CAMPOS, Fernanda R. A variação linguística no livro didático de PLE e sua percepção pelo professor. **Web Revista Sociodialeto**, [s. l.], v. 7, n. 21, p. 20-51, mar. 2017. Disponível em: <<https://bityli.com/EysdM>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

CARVALHO, Ana M. Rumo a uma definição do português uruguaio. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana** (RILI), Madri, v. I, n. 2, p. 125-149, 2003.

CYRANKA, Lucia F. de M. Avaliação das variantes: atitudes e crenças em sala de aula. *In: MARTINS, Marco Antonio; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice. (org.). Ensino de português e sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.

COELHO, Izete L. *et al.* **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

COELHO, Izete L. *et al.* **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. Disponível em: <<https://bityli.com/VJCLg>>. Acesso em: 4 maio 2020.

CONRADO, Rosana S. **Produção textual no ensino de Português Língua Estrangeira**: paralelo entre o livro didático

e o exame oficial de proficiência Celpe-Bras. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. Norma padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. *In*: BAGNO, M. (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Parábola, 2002. p. 37-61.

FARACO, C. A. Ensinar x não ensinar gramática: ainda cabe essa questão? **Calidoscópico**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 15-26, jan.-jun. 2006.

FARACO, Carlos A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos A.; ZILLES, Ana M. S. **Pedagogia da variação linguística**. Língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

GONZÁLEZ, César A. Variação linguística em livros de português para o EM. *In*: FARACO, Carlos A.; ZILLES, Ana M. S. (org.). **Pedagogia da variação linguística**. Língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

GÖRSKI, Edair M.; ROST, Cláudia A. **Introdução aos estudos gramaticais**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 151-196.

INEP. **Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras)**. 2019. Disponível em: <<https://bitly.com/C0Wso>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

JENSEN, John. A problemática das variações sociolinguísticas no ensino do português como língua estrangeira (PLE). **Revista de Letras**, [s. l.], v. 1, n. 24, jan./dez. 2002.

LABOV, William. (1972). **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria M. P. Scherre, Caroline R. Cardoso. São

Paulo: Parábola, 2008.

LABOV, William. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**, Texas, v. 44, 1978.

LIMA, Maria G de; SAMPAIO, Maria L. P.; ALVES, Joseilson J. A abordagem da variação linguística no livro didático de língua portuguesa. *In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA*, 4., 2012. **Anais do IV FIPEP**. Campina Grande: Realize Editora, 2012. v. 1.

LIMA, Ricardo J. Variação linguística e os livros didáticos de português. *In: MARTINS, Marco A.; VIEIRA, Silvia R.; TAVARES, Maria A. (org.). Ensino de português e sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, Alcides F. de; MORAES, Ronaldo N. de. Uso do artigo definido diante de nome próprio nas capitais do norte do Brasil. **Revista Moara**, [s. l.], n. 54, ago.-dez. 2019.

MANÉ, Djiby. As concepções de língua e dialeto e o preconceito sociolinguístico. **Via Litterae**, Anápolis, v. 4, n. 1. p. 39-51. jan./jun. 2012.

MARTINS, Marco A.; VIEIRA, Silvia R.; TAVARES, Maria A. **Ensino de português e sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

MISTURINI, Felipe W. **O livro didático de português para estrangeiros: reflexões e análises a partir da sociolinguística**. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Letras - Estudos da linguagem) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

OLIVEIRA, Elynne G. M. de. **Contribuições para o ensino-aprendizagem intercultural do português língua estrangeira: a tessitura textual por formas remissivas lexicais**. 2015. 87 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

PONCE, Maria H. de; BURIM, Silvia A.; FLORISSI, Susana.

Bem-vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação: português para estrangeiros. 10. ed. atual. São Paulo: Hub Editorial, 2019.

REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. *In*: SIGNORINI, Inês. (org.). **Língua(gem) e identidade**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 213-230.

RICARDI, Denize. **A diversidade linguística brasileira no material didático para o ensino de português para estrangeiros**. 2005. 130 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SOARES, Magda B. **Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, 2003.

SPINASSÉ, Karen P. Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. **Revista Contingentia**, Porto Alegre, UFRGS, v. 1, nov. 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/viewFile/3837/2144>>. Acesso em: out. 2020.

VERCEZE, R. M. A. N.; SILVINO, E. F. M. O livro didático e suas implicações na prática do professor nas escolas públicas de Guajará-Mirim. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, p. 83-102, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://bityli.com/NmbOY>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

VIANNA, Beto. **Línguas minoritárias e minorizadas no Brasil: por uma política linguística do falante**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2015.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvim. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.